

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**  
2 **FACULDADE DE EDUCAÇÃO.** Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e  
3 seis, reuniu-se na sala do bloco D, 1º andar, a Congregação da Faculdade de Educação,  
4 com a presença dos seguintes membros: Ana Lúcia Goulart de Faria, Ana Lúcia Guedes  
5 Pinto, Ângela Fátima Soligo. Cármen Lúcia Rodrigues Arruda, Elizabeth Nogueira Gomes  
6 da Silva Mercuri, Estevon Nagumo, Jorge Megid Neto, José Roberto Rus Perez, Márcia  
7 Maria Strazzacappa Hernández, Maria Alice Cherubin, Pedro da Cunha Pinto Neto, Pedro  
8 Ganzeli, Perciliana Fátima Pena Alves, Raquel Pigatto Vale Menezes, René José Trentin  
9 Silveira, Roberta Gurgel Azzi, Sérgio Antonio da Silva Leite. Ausências justificadas:  
10 Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, Antonio Miguel, Luciane Aparecida Grandin, Luis  
11 Enrique Aguilar, Luiz Carlos de Freitas, Mateus Camargo Pereira, Nora Rut Krawczyk,  
12 Norma Sandra de Almeida Ferreira, Regina Maria de Souza. De início, o Professor **Jorge**  
13 **Megid Neto** colocou em votação a Ata da Centésima Nonagésima Nona Reunião  
14 Ordinária, a qual foi aprovada com uma abstenção e com as seguintes ressalvas: Página  
15 02, linha 46 alterar a palavra imprescindível por muito representativo; Página 02, linha 49  
16 retirar o trecho: “a referência básica na FE é a Pedagogia e que, diante disso”; Página 03,  
17 linhas 13 e 14 o texto ficou assim redigido: “... seja pautado na reunião de fevereiro para  
18 que assim se possa conhecer as condições que incidem sobre o trabalho docente e,  
19 dessa forma, será possível encontrarmos novos argumentos para defendermos  
20 contratações docentes. Quanto à discussão das duas contratações, uma eventual defesa  
21 a favor do DEPE dependeria de esperar a explicitação dos critérios que seriam utilizados  
22 pelo colegiado para fazer a indicação dos Departamentos que receberiam as vagas”;  
23 Página 05, linha 39 o texto ficou assim redigido: Salientou ainda que “muitos colegas do  
24 Departamento justificaram antecipadamente sua ausência por compromissos assumidos  
25 previamente, e que” um evento importante e relevante como este deve ser planejado  
26 melhor e com maior antecedência; Página 06, linha 12, a Professora Norma Sandra de  
27 Almeida Ferreira pertence ao DELART e não ao DEPRAC. A **Professora Ana Lúcia**  
28 **Goulart de Faria** solicitou um aparte e informou sobre o estado de saúde da Professora  
29 Elizabeth de Almeida Silveira Pompeio de Camargo que se encontra muito enferma e,  
30 como uma das docentes fundadoras da Faculdade e colega de Departamento, acha que  
31 seria muito importante que os que com ela conviveram fossem fazer-lhe uma visita.  
32 Informou que a mesma encontra-se internada na Casa de Saúde de Campinas. O  
33 **Professor Jorge Megid Neto** informou que a Professora Débora Mazza está  
34 participando da Congregação como convidada para acompanhar as discussões, uma vez  
35 que as Professoras Nora Rut Krawczyk e Márcia de Paula Leite encontram-se com  
36 compromissos, e ainda que a Professora Débora estará assumindo a Chefia do  
37 Departamento de Ciências Sociais na Educação – DECISE no próximo mês. Propôs que  
38 se iniciasse a reunião da Congregação pela “Ordem do Dia” para evitar a perda de  
39 “quorum”, dado que a maioria dos conselheiros está com compromissos com Bancas  
40 junto à Pós-Graduação, o que foi aceito por todos. **II) ORDEM DO DIA: B)**  
41 **HOMOLOGAÇÃO: B.1)** Proc. Nº 19-P-3168/2006 referente ao Acordo de Cooperação  
42 entre a Universidade Estadual de Campinas – Brasil e a Hyogo University of Teacher  
43 Education – Japão. **B.2)** Proc. Nº 19-P-3169/2006 referente ao Termo Aditivo nº 01 ao  
44 Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual de Campinas – Brasil e a Hyogo  
45 University of Teacher Education – Japão para o Programa de Intercâmbio de Estudantes  
46 – encaminhados “ad referendum” aprovados por unanimidade. **C) Para Deliberação:** os  
47 itens abaixo relacionados não foram destacados e colocados em votação foram  
48 aprovados por unanimidade: **C.1)** Solicitação de abertura de Seleção Pública de Provas e  
49 Títulos para preenchimento de 01 cargo de Professor Doutor, em RTP, por 06 anos, na  
50 Área de Educação e Cultura, nas Disciplinas EL 756 – Prática de Ensino de Geografia e  
51 Estágio Supervisionado I; EL 856 – Prática de Ensino de Geografia e Estágio  
52 Supervisionado II; EL 774 – Estágio Supervisionado I; EL 874 – Estágio Supervisionado II  
53 e EL 683 – Escola e Cultura. **C.3)** Solicitação de integração como Professor Colaborador  
54 Voluntário da Profª Drª Afira Vianna Ripper – DEPE – Pareceres do Departamento e

1 CPG. **C.4)** Solicitação de prorrogação de integração como Professor Colaborador  
2 Voluntário – Pareceres dos Departamentos responsáveis: - Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene de Campos  
3 Oliveira – DEPE e Prof. Dr. Hilário Fracalanza – DEPRAC. **C.5)** Relatório Final de  
4 Atividades elaborado pelo Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen, referente ao Proc. Nº 19-P-  
5 15133/1994 do Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio entre a Universidade Estadual de  
6 Campinas e a Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Pareceres  
7 favoráveis do Depto e Comissão de Extensão. **C.6)** Relatório Final de Atividades  
8 elaborado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Orly Zucatto Mantovani de Assis referente ao Proc. Nº 19-P-  
9 20489/2002 do Convênio entre a Universidade Estadual de Campinas e a Prefeitura  
10 Municipal de Leme, com a interveniência administrativa da FUNCAMP. Pareceres  
11 favoráveis do Depto e da Comissão de Extensão. A seguir, passou-se à apreciação dos  
12 itens destacados: **C.2)** Relatórios de Atividades – Pareceres dos Departamentos e  
13 Coordenações: Professoras Doutoras: Ângela Fátima Soligo (DEPE), Evely Boruchovitch  
14 (DEPE) e Ana Lúcia Guedes Pinto (DEPRAC). Após os destaques feitos pela Professora  
15 Ana Lúcia Guedes Pinto com relação ao andamento de suas pesquisas relatadas no  
16 respectivo relatório e pelo Professor Jorge Megid Neto com respeito aos pareceres dos  
17 respectivos Departamentos e Comissão de Pós-graduação nos relatórios das  
18 Professoras Ângela Soligo e Evely Boruchovitch com relação ao número de disciplinas e  
19 APPs, os três Relatórios foram aprovados por unanimidade. Os pareceres retornarão aos  
20 respectivos Departamentos para as correções e, a seguir, serão encaminhados aos  
21 órgãos superiores. **C.7)** Análise do Of. DEPE/FE Nº 08/2006 e encaminhamentos  
22 decorrentes. O **Professor Jorge Megid Neto** fez um breve relato sobre as discussões já  
23 realizadas pela Congregação com relação às políticas de extensão. Lembrou que a  
24 Congregação de outubro de 2005 deliberou sobre a necessidade de uma política de  
25 extensão e que foi solicitado à Comissão de Extensão estudos urgentes sobre o assunto.  
26 A Comissão apresentou um documento na reunião de novembro de 2005 e a  
27 Congregação entendeu que o documento não contemplava uma Política de Extensão  
28 global para a FE e sim princípios e normas reguladoras para o oferecimento de Cursos  
29 de Extensão. Foi deliberado, então, que os estudos continuassem no sentido de se  
30 produzir um documento contendo os vários aspectos de uma política de extensão, e que,  
31 enquanto isto, ficaria suspenso o oferecimento de cursos de extensão. Salientou ainda  
32 que na reunião da Congregação de dezembro de 2005 houve a aprovação de um Curso  
33 de Extensão da Professora Afira Vianna Ripper, de custo zero, sem qualquer  
34 financiamento, por se tratar de contrapartida do Laboratório LEIA ao financiamento dado  
35 pela FAPESP ao Projeto “Ciência e Escola”. Lembra que não houve destaque nem da  
36 mesa e nem dos conselheiros, provavelmente por entenderem que a medida aprovada na  
37 reunião anterior da Congregação não alcançava cursos inteiramente gratuitos e de custo  
38 zero. Informou ainda que no mesmo período houve a solicitação de reoferecimento do  
39 Curso de Sexualidade pelo Grupo GEISH, o qual não foi encaminhado à Congregação  
40 por se tratar de curso pago pelo aluno. Esclareceu que a Professora Orly Zucatto  
41 Mantovani de Assis procurou a Direção da Faculdade em dezembro do ano passado,  
42 após ser informada sobre as decisões da Congregação, uma vez que seus cursos do  
43 PROEPRE teriam início previsto para março de 2006 e que, considerando a deliberação,  
44 os mesmos ficariam impedidos de serem reoferecidos. No mês de janeiro de 2006, a  
45 Direção Associada juntamente com as Professoras Orly Zucatto M. de Assis e Roberta  
46 Gurgel Azzi (Chefe do DEPE) realizaram um estudo em que levantaram as várias  
47 possibilidades de solução do caso. A opção escolhida pela Professora Orly foi a de  
48 solicitar a transferências dos cursos para outra unidade de ensino da UNICAMP, o que  
49 precisaria da anuência da Chefia de Departamento e da Congregação. No ofício  
50 encaminhado ao DEPE, a Professora Orly relata o histórico dos seus cursos na FE, a  
51 vinculação deles às pesquisas de graduação e de mestrado e doutorado realizadas no  
52 Laboratório de Psicologia Genética, bem como a importância regional e alcance nacional  
53 do PROEPRE. A **Professora Roberta Gurgel Azzi** informou que a Professora Orly  
54 procurou a Direção em janeiro de 2006 já com a proposta de mudança dos seus cursos

1 para outra Unidade. A partir daí, ela e a Professora Regina Maria de Souza explicaram à  
2 Professora Orly sobre os encaminhamentos e que não seria possível uma posição da  
3 Chefia sem antes uma consulta ao Departamento. Informou ainda que a discussão na  
4 reunião do Departamento foi muito difícil, pois a intenção era que os cursos  
5 permanecessem na FE, mas que por fim chegou-se à aprovação da solicitação da  
6 Professora e que é essa posição que ela (Professora Roberta) trouxe do Departamento e  
7 defende na Congregação. O **Professor Pedro da Cunha Pinto Neto** pede  
8 esclarecimentos sobre as implicações da transferência dos cursos para outra Unidade. O  
9 **Professor Jorge Megid Neto** explica que as Congregações das duas Unidades  
10 precisam autorizar e, a partir daí, toda a administração do curso será de competência da  
11 outra Unidade, inclusive as taxas de apoio institucional passam para a Unidade nova. Há  
12 a mudança do código do curso e os certificados continuam sendo emitidos pela  
13 EXTECAMP. Se houver, no futuro, interesse da Professora de retornar o curso para a  
14 Faculdade, deve-se solicitar liberação da Unidade que acolheu. A **Professora Ana Lúcia**  
15 **Guedes Pinto** sente grande pesar em penalizar uma docente da Faculdade, que trabalha  
16 há anos com esses cursos dentro das normas vigentes na Faculdade e na Universidade,  
17 com isso a Faculdade está perdendo nas suas atividades de pesquisa e extensão. Não  
18 está querendo defender a extensão paga, mas que é necessária uma discussão urgente  
19 das políticas, porém acha que isso não pode inviabilizar os cursos e penalizar uma  
20 docente da casa. O **Professor René José Trentin Silveira** lembra que, quando a  
21 Congregação resolveu pela suspensão, a idéia era pressionar para um estudo mais  
22 rápido das políticas de extensão e que a questão de hoje é o preço dessa agilização.  
23 Relembrou ainda que a questão crucial da extensão na Faculdade de Educação é se a  
24 Faculdade faz ou não cursos pagos pelos alunos e que os itens paralelos podem ser  
25 resolvidos sem grandes problemas. Propôs a manutenção da suspensão no sentido de  
26 impor agilização às discussões, pois em primeiro lugar temos que decidir se queremos ou  
27 não cursos pagos. O **Professor Sérgio Antonio da Silva Leite** acha a questão muito  
28 complicada e que o DEPE não devia ter tomado esta decisão de autorizar a transferência  
29 dos cursos para outra unidade e informa que foi voto vencido no Departamento. Lembra  
30 que há um histórico de oferecimento desses cursos, há uma docente do Departamento  
31 que está sendo prejudicada. Lembra que as dificuldades internas de discussão são  
32 muitas e a própria Comissão de Extensão teve muitas dificuldades para se reunir e que  
33 essa lentidão em resolver os problemas o incomodam muito e acabam prejudicando  
34 alguns professores. Propõe que se reveja isto, pois a questão não é tão simples e precisa  
35 ser pensada do ponto de vista macro. O **Professor José Roberto Rus Perez** alertou que  
36 a penalização não é da Professora e sim da Faculdade de Educação, pois em todos os  
37 lugares tanto no interior do Estado como de todo o país em que os docentes se  
38 apresentam como da UNICAMP é sempre feita uma referência aos cursos da Professora  
39 Orly Zucatto Mantovani de Assis e que o PROEPRE é conhecido nacionalmente. O  
40 **Professor Sérgio Antonio da Silva Leite** faz dele as palavras do Professor José  
41 Roberto, pois acha que mais que um prejuízo para o docente é a perda institucional. O  
42 **Professor Jorge Megid Neto** esclareceu que a Comissão de Extensão vem se reunindo  
43 com bastante intensidade desde a Congregação de outubro de 2005 e agradece aos  
44 seus membros pois estão tratando do caso com urgência. Informou que a orientação  
45 inicial da Congregação era para um estudo sobre os Cursos de Extensão, e que depois  
46 foi solicitado que se estendesse para uma política de extensão ampla. Informou que a  
47 Comissão de Extensão trabalhou nos meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006 e  
48 que a Professora Regina Maria de Souza deixou um documento fruto desse trabalho com  
49 a possibilidade de ser incluído nesta pauta, mas como o mesmo não está ainda em seu  
50 formato final e tem de passar pelas várias instâncias da FE, a proposta foi encaminhar  
51 aos departamentos e comissões de cursos para estudos em março. Com isto, talvez  
52 pudéssemos conseguir finalizar o documento até abril. A **Professora Ana Lúcia Goulart**  
53 **de Faria** solicita que a Faculdade de Educação não “embarque na privatização”. Defende  
54 a Universidade pública e que a Faculdade não cobre pelos seus cursos de extensão, que

1 se diga não aos cursos pagos e sim aos cursos públicos. Acha que não se trata de uma  
2 punição nem para a Faculdade de Educação e nem para a Professora Orly, mas acha  
3 que a transferência dos cursos solicitada pela Professora Orly é um motivo muito forte  
4 para que seja acelerado o estudo e aprovação de uma política de extensão da  
5 Faculdade. Considera que cobrar de professor da educação básica para realizar um  
6 curso de extensão em uma Universidade pública é excluir mais gente do conhecimento.  
7 Lembra que há um exemplo no Instituto de Economia que já tem uma Pós-Graduação  
8 privada. Quando da discussão da eleição de uma nova Direção para o Instituto de  
9 Economia, o Professor Geraldo Giovanni tratou inclusive de um trabalho cooperativo do  
10 Instituto de Economia com a Faculdade de Educação, dado que o Instituto tem cursos  
11 com custos muito elevados e, portanto, tem recursos para investir que poderiam ser  
12 aplicados junto com a Faculdade de Educação uma vez que temos áreas em comum. Diz  
13 ainda que a discussão é muito complicada, e cita outro exemplo a respeito dos cursos  
14 oferecidos pela Cooperativa Acorde. Segundo ela, a discussão sobre a extensão na  
15 Faculdade já tem mais de 08 anos, portanto vem acumulando práticas que não  
16 desejamos mais. Daí é que vieram as normas de organização para essas atividades:  
17 50% de professores da casa; não se misturar turmas de extensão e graduação. Acha que  
18 no momento em que a Congregação decidiu que daria um tempo nas atividades pagas  
19 de extensão, na verdade a Faculdade de Educação estava assumindo que não aceitaria  
20 cursos pagos e estaria estudando como ficariam os anteriores. Finalizando, concorda que  
21 é uma perda a saída dos cursos da Professora Orly da responsabilidade da Faculdade de  
22 Educação. O **Professor René José Trentin Silveira** esclareceu que não se discute a  
23 relevância dos cursos e do trabalho da Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis e  
24 também acha que não é punição, nem penalização. A proposta de uma política de  
25 extensão é na verdade um dos pontos mais polêmicos que a Faculdade tem para  
26 resolver. Propôs que haja uma consulta clara e direta aos Departamentos sobre os  
27 cursos pagos. A partir desta posição faz um encaminhamento: pautar na próxima reunião  
28 da Congregação “Cursos Pagos” – se queremos ou não cursos pagos e o que fazemos  
29 com os que já existem. O **Professor Jorge Megid Neto** não concorda, pois foi  
30 exatamente isto que levou a Comissão de Extensão a elaborar a proposta que foi  
31 rejeitada na reunião de novembro de 2005. O **Professor René José Trentin Silveira**  
32 acha que deve haver também respeito ao tempo investido pela Congregação no  
33 estabelecimento dessa decisão em novembro de 2005. A **Professora Ângela Fátima**  
34 **Soligo** diz que vai apresentar um ponto de vista mais antigo, mais romântico. Se  
35 pensamos em não realizar a privatização “por dentro” não podemos separar ricos e  
36 pobres. Não se pode associar-se a ricos que podem pagar para financiar pobres que não  
37 podem. Se dizemos não à privatização, é para todos. Entende sim que a Professora Orly  
38 e a instituição estão sendo prejudicadas e que a política de extensão deveria ser para  
39 ontem e não para março ou abril. A **Professora Roberta Gurgel Azzi** diz não ver a  
40 problemática como exclusivamente o caso da Professora Orly, porque as posições dos  
41 membros da Congregação relatadas nas Atas da Congregação não elaboram e nem  
42 comportam por si uma política. As decisões implicam em políticas, mas as falas não são  
43 por si só políticas. Mantém-se decisões sobre posições que definem o momento mas não  
44 significam uma política. Vê a necessidade de separar o que é consideração de  
45 conselheiros e decisão tomada pela Congregação. A **Professora Elizabeth Nogueira**  
46 **Gomes da Silva Mercuri** concorda com a fala da Professora Ângela quanto à  
47 privatização. Não se pode esquecer que, quando um aluno paga, há um professor que  
48 recebe e a Unidade que também recebe. O que adotamos foi que os cursos podem ser  
49 realizados desde que o financiamento não venha do aluno mas de outras fontes. A  
50 argumentação mais recente e comum é de que há uma posição contrária ao pagamento  
51 pelo aluno, mas não o recebimento pelo curso. Não se pode esquecer que extensão é  
52 parte das obrigações da instituição e da docência. Este aspecto também faz parte dessa  
53 discussão e precisa ser considerado. Daí a necessidade de se pensar o que é de fato  
54 privatização. O **Professor Jorge Megid Neto** considera que o problema dos pagamentos

1 pelo aluno e da complementação aos docentes também entram nessa discussão. Por  
2 isso acha que os debates também serão demorados. A Faculdade de Educação tem um  
3 curso de graduação, o PROESF, em que os professores recebem complementação. Tem  
4 também um Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu, o Curso de Gestão, com  
5 praticamente 70 docentes envolvidos e recebendo complementação. Pergunta se a  
6 discussão na Faculdade será se os cursos serão pagos pelo aluno ou não, ou se os  
7 cursos serão financiados por recursos públicos ou privados. Diz que temos vários  
8 programas que recebem financiamento, pois os recursos que a Faculdade recebeu da  
9 Fundação FORD são de origem pública ou privada? Os recursos que vêm do Banco  
10 Mundial para o financiamento do PROESF, ou através da Secretaria Estadual de  
11 Educação para o Teia do Saber e o Curso de Gestores, são recursos públicos ou  
12 privados? Por fim, sobre a fala da Professora Ana Lúcia Goulart de Faria, de que todas  
13 as vezes que se discute extensão a Congregação toda é contra os cursos pagos,  
14 considera isto incorreto, pois este é um assunto extremamente polêmico, sempre houve  
15 uma divisão de posições na Congregação. Lembra que hoje apenas 3% do orçamento da  
16 Unidade é proveniente de atividades de extensão, enquanto há unidades em que 30,  
17 40% ou mais do orçamento global são de origem da extensão. Quanto à menção à  
18 Cooperativa Acorde, esclarece que a discussão que se travou em outro momento aqui na  
19 Congregação não se referiu a cursos pagos, pois não existe nenhum curso de extensão  
20 realizado pela Acorde com a Faculdade de Educação ou com a UNICAMP, pago ou  
21 gratuito. A realização dos Seminários “Desafios do Magistério” dentro dos Fóruns  
22 permanentes promovidos pela CGU/CORI tem participação de membros da Acorde sem  
23 qualquer recebimento de pro-labore. Pede que se algum docente tiver informações  
24 formais sobre ações pagas pela instituição (Faculdade de Educação e UNICAMP) a  
25 Acorde que as apresente para serem devidamente apuradas. O **Professor Pedro**  
26 **Ganzeli** solicitou que se fizessem encaminhamentos porque as discussões estão se  
27 dispersando com relação ao ponto de pauta. O **Professor Jorge Megid Neto** elencou  
28 três propostas: 1ª - que a Congregação reveja a decisão de outubro de 2005, permitindo  
29 o reoferecimento de cursos de extensão até que se defina uma política global de  
30 extensão; 2ª - que aceita a transferência dos cursos da Professora Orly para outra  
31 Unidade da Unicamp e 3ª - que a Congregação permita o reoferecimento de cursos de  
32 extensão e que na Congregação de março de 2006 seja apresentado um documento  
33 sobre Política exclusivamente para Cursos de Extensão, que deverá ser discutido  
34 previamente nas várias instâncias colegiadas da FE. O **Professor Pedro Ganzeli** disse  
35 que o curso da Professora Orly Zucatto M. de Assis poderia ser oferecido se fosse  
36 gratuito e é por isso que o curso não foi aprovado, e solicita esclarecimentos sobre o  
37 financiamento ao curso da Professora Afira. O **Professor Jorge Megid Neto** disse que o  
38 curso da Professora Afira Vianna Ripper foi apresentado com planilha de custo zero, que  
39 o curso é uma contrapartida a um financiamento da FAPESP ao Projeto “Ciência na  
40 Escola”. Não há custos apontados na Planilha Orçamentária da Escola de Extensão e  
41 que foi com este entendimento, de custo zero, que o curso foi aprovado. Quanto à  
42 sugestão de se pautar para a Congregação de março um documento somente trazendo a  
43 política para cursos de extensão, pensa que não seria adequado, pois foi exatamente isto  
44 que a Comissão de Extensão e a Direção trouxeram para a reunião de novembro, e a  
45 Congregação solicitou uma política global. Acha que se deve investir na discussão o mais  
46 rápido possível da política de extensão para a Faculdade e talvez antecipar a finalização  
47 do processo para abril. A **Professora Ana Lúcia Goulart de Faria** diz que, do ponto de  
48 vista humanístico, uma vez que não é justo penalizar a Professora Orly, seria possível  
49 rever a posição para o semestre em andamento e se a Unidade decidir diferente e  
50 suspender em definitivo, aí sim haveria um período de transição para outra unidade. O  
51 **Professor Sérgio Antonio da Silva Leite** sugeriu que poderíamos considerar a proposta  
52 de liberação dos cursos já oferecidos até abril de 2006, quando se deve ter uma política  
53 de cursos de extensão. A **Professora Roberta Gurgel Azzi** disse que a Professora Orly  
54 não espera humanismo, mas que optou por solicitar a saída do curso e que ela não prevê

1 temporalidade, nem retorno. O **Professor Jorge Megid Neto** colocou em votação as  
2 seguintes propostas: 1ª Proposta – Revisão da posição da Congregação, permitindo o  
3 reoferecimento de cursos de extensão, com o compromisso de se delibera a política de  
4 extensão da FE até abril/06: 11 votos favoráveis, 04 votos contrários e 02 abstenções. 2ª  
5 Proposta – Autorização para que os cursos solicitados no ofício LPG nº 03/2006 possam  
6 ser transferidos para outra Unidade: 02 votos favoráveis, 11 votos contrários e 04  
7 abstenções. 3ª Proposta – Elaboração de um documento exclusivamente sobre a política  
8 de cursos de extensão a ser estudado pelas várias instâncias em março e deliberação do  
9 assunto na reunião da Congregação de março/06: aprovado por unanimidade com 17  
10 votos dos presentes. Declaração de voto da **Professora Ana Lúcia Goulart de Faria**:  
11 “Nas duas primeiras votações do item C.7 abster-me pois, apesar de ser contra a  
12 revisão da Congregação de novembro de 2005, sou a favor de que o Curso de Extensão  
13 oferecido pela Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis possa ser re-oferecido neste  
14 semestre na Faculdade de Educação enquanto a política de extensão se define em  
15 relação a cursos pagos”. **C.8)** Proposta de calendário para “Seminários de Pedagogia” e  
16 Encontros para discussão do Projeto de Estágios/FE. O **Professor Jorge Megid Neto**  
17 informou que os Seminários tem algumas coincidências com outras reuniões oficiais da  
18 FE. A **Professora Roberta Gurgel Azzi** salientou que não é interessante manter um  
19 calendário que coincide com outras reuniões, principalmente a CEPE, onde participam os  
20 Chefes de Departamento, o que irá impossibilitar a participação dos mesmos. A  
21 **Professora Ângela Fátima Soligo** informou que já houve manifestações sobre essas  
22 coincidências mas que o importante é garantir a presença dos professores e que os  
23 Seminários podem ser realizados inclusive no período da tarde, pois do contrário não  
24 existem muitas opções. Salientou ainda que pode-se alterar o horário, mas o importante é  
25 que fique mantido o dia da semana, ou seja, às quartas-feiras. O **Professor Jorge Megid**  
26 **Neto** informou que a CEPE tem sido muito solicitada, pois a própria política dos cursos  
27 de extensão deve passar por ela. Há ainda a discussão para oferecimento de disciplinas  
28 eletivas e mesmo a reformulação dos Cursos de Pós-Graduação, portanto acha que é  
29 necessário um acordo entre a CEPE e a Coordenação de Pedagogia sobre o horário.  
30 Colocado em votação a proposta de calendário apresentada pela Coordenação de  
31 Pedagogia com os devidos ajustes entre as Coordenações de Pedagogia, Licenciaturas e  
32 a CEPE para não haver superposição de horários O mesmo foi aprovado por  
33 unanimidade. **C.9)** Manifestação da Comissão de Pedagogia sobre Semana da  
34 Calourada e Semana da Pedagogia referente ao Of. CAP 01/2005. O **Professor Jorge**  
35 **Megid Neto** informou que, com relação ao pedido do CAP de inserção da Semana da  
36 Pedagogia e Semana da Calourada no calendário oficial da Faculdade de Educação, o  
37 parecer da Coordenação de Pedagogia é favorável à inserção somente da Semana da  
38 Pedagogia, e que, quanto à Semana da Calourada, ela teria apenas o apoio da  
39 Coordenação mas não como parte do calendário oficial da Faculdade. O **estudante**  
40 **Estevon Nagumo** disse que defende que a Semana da Calourada seja incorporada ao  
41 calendário oficial, porque os professores não dispensam os alunos. Assim sendo só  
42 metade dos alunos podem participar. A **Professora Ângela Fátima Soligo** informou que  
43 a Comissão foi muito sensível ao pedido dos alunos, mas que houve um entendimento de  
44 que algumas atividades tenham como fundo o movimento acadêmico sem a necessidade  
45 do envolvimento como parte institucional e acha que os alunos devem começar a exercer  
46 seus direitos, mesmo porque nessa primeira semana letiva é quando os docentes se  
47 apresentam, bem como apresentam seus programas. Salientou ainda que a Comissão de  
48 Pedagogia não só respeita como colabora sempre com as iniciativas dos estudantes, pois  
49 acha muito importante, mas acredita também que os alunos precisam assumir seus atos.  
50 O **Professor Pedro da Cunha Pinto Neto** lembrou que, do ponto de vista administrativo,  
51 esse semestre tem problemas em concluir as 15 semanas de aula para alguns dias da  
52 semana, em virtude dos feriados e que, portanto, a suspensão oficial de aulas implicaria  
53 em já se pensar em reposição das aulas. O **Professor René José Trentin Silveira**  
54 sugeriu que se procurem outras alternativas, talvez um ou dois dias ao invés de uma

1 semana para o reconhecimento geral da Faculdade, aproveitando inclusive o dia da  
2 matrícula, revendo assim se seria necessário realmente uma semana. A **Professora**  
3 **Ângela Fátima Soligo** lembrou que no dia da matrícula houve uma atuação muito  
4 grande dos alunos veteranos, inclusive com conhecimento do CAP e da própria  
5 Faculdade. A **Professora Ana Lúcia Goulart de Faria** lembrou que havia uma prática na  
6 Faculdade de se reunir no início do ano letivo os alunos no Salão Nobre com as Chefias  
7 de Departamento e a Direção para um esclarecimento quanto às disciplinas e programas.  
8 A **Professora Ângela Fátima Soligo** esclareceu que isto vem se mantendo e que no dia  
9 06 de março haverá um acolhimento de todos os alunos no Salão Nobre no período da  
10 tarde e noite e que espera a participação de todos os docentes da Faculdade. O  
11 **Professor Jorge Megid Neto** colocou em votação o ofício da Coordenação de  
12 Pedagogia, na sua íntegra, o qual foi aprovado por unanimidade. **C.10) Carreira de**  
13 **Pesquisador na UNICAMP – Deliberação CAD-A-02/2005.** O **Professor Jorge Megid**  
14 **Neto** salientou que quem trouxe este assunto para discussão na Congregação foi o  
15 Professor Luiz Carlos de Freitas em outubro de 2005 e que, naquele momento, o tema foi  
16 retirado de pauta e na presente reunião o referido professor encontra-se ausente devido  
17 a compromissos assumidos com Banca na Pós-Graduação. Informou que é uma carreira  
18 que existia somente nos Centros e Núcleos e que agora permite ter membros também  
19 nas Unidades de Ensino e Pesquisa. Inclusive que na reunião da CAD houve muitas  
20 manifestações sobre a possibilidade das Unidades passarem a contar com  
21 pesquisadores em seus quadros. A saída encontrada pela CAD foi limitar a participação  
22 dos pesquisadores e que, no caso das Unidades de Ensino e Pesquisa, o limite é de 5%.  
23 Na regulamentação está explicitado que o Pesquisador não poderá atuar no ensino  
24 ministrando aulas na Graduação ou na Pós-Graduação, mas pode atuar em pesquisa e  
25 em orientação a critério de cada Unidade. A **Professora Ana Lúcia Goulart de Faria**  
26 informou que no Conselho da Revista PAGU estudou-se essa questão por haver uma  
27 vaga para a revista e lá entendeu-se que não seria exigido do pesquisador ações de  
28 ensino. A **Professora Elizabeth Nogueira Gomes da Silva Mercuri** questiona o fato de  
29 se o pesquisador não atuar em ensino, qual a motivação da UNICAMP em ter essa  
30 carreira nas Unidades de Ensino? O **Professor Jorge Megid Neto** informou que nas  
31 Unidades da Área de Exatas e Tecnológicas, por exemplo, há muitos técnicos altamente  
32 qualificados com Mestrado ou Doutorado que atuam em pesquisa e estão como Técnicos  
33 de Laboratório. Por outro lado, deve-se lembrar que a vinda do pesquisador para as  
34 Unidades de Ensino irá configurar uma dissociação entre pesquisa e ensino. A  
35 **Professora Ângela Fátima Soligo** manifesta sua preocupação, pois isto resolve as  
36 dificuldades de algumas pessoas, mas descaracteriza as atividades de ensino. Inclusive  
37 no Art. 19 da Deliberação CAD-A-02/2005, a título de “difusão de idéias e conhecimentos”  
38 pode-se englobar muita coisa e que não há tranqüilidade na incorporação dessa carreira  
39 nas Unidades que não são da área de tecnológicas. A **servidora Cármen Lúcia**  
40 **Rodrigues de Arruda** informou que tendo participado do processo histórico da instalação  
41 dos TPCT (Técnico Especializado de Apoio à Pesquisa Cultural, Científica e  
42 Tecnológica), observou que em muitos lugares, como o CPQBA no Curso de Farmácia,  
43 os técnicos dão aulas, mas não está claro como migrarão ou não em definitivo para o  
44 ensino e que isto cria uma divisão na carreira. Então por que não contratamos mais  
45 docentes? A contratação de técnicos é mais fácil, mais econômica e a participação em  
46 ensino fica em aberto. Informou ainda que existem no momento 47 pesquisadores na  
47 UNICAMP. A **Professora Márcia Maria Strazzacappa Hernández** disse que foi TPCT  
48 antes de vir para a Faculdade de Educação e que as aulas que deu dentro do LUME/IA  
49 não foram creditadas no momento do seu contrato como docente, pois nas discussões da  
50 carreira TPCT, que segue a CLT, do ponto de vista jurídico não fica claro que não pode  
51 haver atividade docente, o que significa que pode. O **Professor Jorge Megid Neto**  
52 informou que cabe o encaminhamento de uma proposta da Faculdade de Educação de  
53 revisão da Deliberação CAD-A-02/2005 e a **servidora Cármen Lúcia Rodrigues Arruda**  
54 disse que esta revisão poderia ser resolvida na Carreira de Funcionários e que a

1 incorporação da titulação poderia se dar ai. O **Professor Jorge Megid Neto** propôs que  
2 fosse elaborada pelo Professor Luiz Carlos de Freitas e pela servidora Cármen Lúcia  
3 Rodrigues Arruda uma manifestação circunstanciada da Congregação de que a carreira  
4 de pesquisador não seja estendida às Unidades de Ensino, a qual foi colocada em  
5 votação e aprovada por unanimidade. Tendo sido encerrada a pauta, foi aberto espaço  
6 para o **EXPEDIENTE: A) O Professor Renê José Trentin Silveira** parabenizou a  
7 Coordenação de Pedagogia pela iniciativa da discussão do curso entre os docentes e  
8 solicita que todos participem. Aproveita ainda para solicitar que as participações dos  
9 conselheiros nas discussões se atenham ao tempo de 3 minutos nas intervenções e que  
10 a mesa fizesse o mínimo de intervenção possível para o bom andamento dos trabalhos,  
11 permitindo assim que as reuniões terminem antes das 14 horas e evitando convocação  
12 de reuniões extraordinárias. **B) A Professora Ana Lúcia Guedes Pinto** também  
13 enalteceu a iniciativa da Coordenação de Pedagogia, apesar de não ter podido participar  
14 da primeira reunião e achou o agendamento oficial dos Seminários muito importante. **C)**  
15 **O Professor Pedro da Cunha Pinto Neto** salientou que a entrega dos Planos de Curso  
16 é fundamental e que conta com a colaboração das Chefias de Departamento para o  
17 encaminhamento dos mesmos, pois estes são muito necessários nas transferências de  
18 alunos, nos concursos e que as Coordenações de Pedagogia e Licenciaturas estarão  
19 enviando aos docentes uma solicitação de atualização dos planos, pois há muitas  
20 discrepâncias no que foi planejado e o que foi realizado. A **Professora Ângela Fátima**  
21 **Soligo** informa que a DAC e a CCG cobram das Coordenações os Planos de Curso e  
22 aproveita para agradecer os elogios aos trabalhos da Coordenação. **D) O Professor**  
23 **Jorge Megid Neto** reitera a fala do Professor Renê e da Professora Ana Lúcia e também  
24 parabeniza a Coordenação de Pedagogia. Informa 1) sobre as aposentadorias da  
25 Professora Afira Vianna Ripper ocorrida no mês de janeiro e da Professora Eloísa de  
26 Mattos Höfling no mês de fevereiro e aproveita para agradecer em nome da Faculdade  
27 de Educação a excelência dos trabalhos realizados pelas docentes. 2) que será  
28 encaminhado às Chefias de Departamento e Coordenações, o PLANES para possíveis  
29 revisões. 3) que a CEPE tratou em sua última reunião do acompanhamento e avaliação  
30 dos Grupos de Pesquisa, devendo ser enviada uma correspondência aos grupos a  
31 respeito. 4) que a integração entre o SIPEX e o DATACAPES estão sendo  
32 acompanhados pela Direção, Chefias de Departamento, Coordenação de Pós-Graduação  
33 e CEPE, e que isto deverá facilitar em muito o relatório CAPES, sendo que os Chefes de  
34 departamento se dispuseram a colaborar ativamente no relatório este ano. 5) que o  
35 Fundo de Apoio à Pesquisa criado no final do ano passado pela Congregação,  
36 correspondendo a 02 diárias por docente relativas ao exercício de 2005, devendo ser  
37 utilizadas segundo critérios de cada grupo de pesquisa, poderá ser usado em 2006 para  
38 aqueles que não o fizeram no ano passado; para 2006, a Comissão de Orçamento está  
39 propondo uma nova cota nos mesmos moldes. 6) que a Coordenação de Pós-Graduação  
40 junto com a Direção estarão propondo na discussão do Orçamento 2006 a criação de um  
41 Fundo de Apoio à Publicação, para apoiar versão de artigos para língua estrangeira,  
42 visando a publicação de artigos em periódicos nível A - Internacional na CAPES 7)  
43 Parabeniza a Coordenação do PROESF, docentes-supervisores e assistentes  
44 pedagógicos pelo reconhecimento do PROESF como Curso de Pedagogia pelo Conselho  
45 Estadual de Educação, que apresentou um parecer bastante elogioso à qualidade do  
46 curso. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Gonçalves, redigi e digitei a presente  
47 ata que assino e submeto à apreciação dos senhores conselheiros. Campinas, 22 de  
48 fevereiro de 2006.